

EDITORIAL

Ao começar, 2015 tinha tudo para ser mais um ano “comum” no Brasil. Não teria a copa do mundo da FIFA que 2014 teve e não seria ano de olimpíadas no Rio de Janeiro, como será 2016. No entanto, para a Educação brasileira, 2015 foi um ano emblemático. Com poucos meses tivemos troca de ministro, rivalidades entre ministérios acerca de quem deveria, ou melhor deverá capitanear as mudanças que tanto sabemos serem necessárias para a melhoria do nosso sistema educacional, entre outras polêmicas. Ano de “Pátria Educadora” paradoxalmente combinado com ano de cortes extremamente dolorosos no orçamento para a Educação. Primeiro ano de vigência do novo Plano Nacional de Educação 2014-2024, quando vimos, com alguma sensação de *deja vu*, estados e municípios correrem para aprovar seus respectivos planos, muitos deles, obviamente, não logrando êxito.

Em se tratando especificamente da área de Avaliação, 2015 tem-se mostrado também um ano importante. Ano, por assim de dizer, de comemorações. Comemoração dos 25 anos da primeira aplicação do Saeb e dos 20 anos de introdução da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Comemoração também dos 10 anos de reestruturação do Saeb, com a implementação da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, mais conhecida como Prova Brasil.

Para a Ensaio, 2015 também foi um ano extremamente importante. Foi o ano em que entramos definitivamente na era digital e pusemos no ar nosso site próprio, com um sistema de submissão online. Buscamos também nos adaptar às novas mídias. Ano em que buscamos, como de costume, manter nosso elevado padrão de qualidade, reconhecido pelos principais indexadores de periódicos da área, aos quais agregamos com muita satisfação mais um: agora estamos também no rol de periódicos indexados pela *Redalyc*. Dito tudo isso, é com grande prazer que apresentamos mais um número da nossa revista. O número 89, o último de 2015.

Mais uma vez, contamos com valiosas contribuições de grandes pesquisadores nacionais e internacionais. Procuramos, como também já é de costume, contemplar neste número, na medida do possível, as cinco regiões do país. O leitor tem então, em mãos, um número composto por dez artigos que são, mais uma vez, resultados de pesquisas sérias – muitas delas financiadas por agências de fomento – e que versam, em sua maioria, sobre políticas públicas.

Abrindo este número, temos o artigo de Silvia Libertad Vaca Gallegos, Beatriz Álvarez-González e M^a Belén Paladines Costa, todas da Universidad Técnica

Particular de Loja, no Equador. Intitulado “Los padres también cuentan. Validación del cuestionario “Conociendo a tu hijo, tu hija”: Identificación de niño(a)s de 9 a 10 años con altas capacidades”, o artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida a partir da aplicação de um questionário aos pais de 239 crianças com idades entre 9 e 10 anos e com altas capacidades. De posse dos questionários respondidos, as autoras procederam à Análise Fatorial Exploratória (AFE), chegando ao índice Alfa de Cronbah de 0,89. À guisa de conclusão, as autoras, amparadas por importantes referenciais teóricos, destacam que os questionários apresentam alta confiabilidade e são válidos.

O ensino médio é o tema de dois artigos deste número. “Cenários do ensino médio no Brasil”, de autoria das professoras Silvana Mesquita e Isabel Lelis – esta da PUC-Rio e aquela do Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ) –, traça, a partir de uma revisão bibliográfica e também de documentos do INEP, um panorama acerca da situação do ensino médio no país, chamando atenção para o protagonismo que este segmento de ensino tem exercido tanto em pesquisas, quanto em políticas públicas. Neste sentido, o diálogo com o artigo de Roberto Rafael Dias da Silva, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS-SC) é inevitável. Sob o título de “Políticas de ampliação da jornada escolar para o Ensino Médio no Rio Grande do Sul: um estudo sobre o conhecimento escolar”, o autor aborda as políticas curriculares para o ensino médio no Rio Grande do Sul, no período de 2002 a 2012. Para tanto, privilegia as políticas de ampliação da jornada escolar, fazendo mesmo um histórico das políticas públicas com este fim naquele estado. Assim, o autor passa pelos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que teriam promovido pedagogias de proteção e que foram implementados na década de 1990, até chegar ao Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), criado em 2009.

Laêda Bezerra Machado e Jaqueline Andréa Lira Cordeiro Santos, da Universidade Federal de Pernambuco, abordam em seu artigo as escolas organizadas em ciclos de aprendizagem. Para tanto, as autoras privilegiam em sua análise a visão de 20 professores considerados de sucesso e fazem uso da Teoria das Representações Sociais de S. Moscovici. Os resultados apresentados pela pesquisa em questão são, para dizer o mínimo, alentadores. Segundo as autoras, os professores de sucesso são orientados em sua prática escolar por representações sociais positivas que conquistaram graças ao compromisso e responsabilidade com que exercem a profissão. Neste sentido, para este grupo de profissionais, o potencial transformador da escola não depende do modo como a mesma está organizada.

Os planos de educação são o tema do artigo de Donaldo Bello de Souza em parceria com Janaína Specht da Silva Menezes, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente. Como já mencionado no início deste editorial, 2015 tem sido marcado pela corrida de estados e municípios para se adequarem às metas do Plano Nacional de Educação aprovado no ano passado. É justamente esse processo de elaboração e aprovação dos planos de educação que recebe a cuidadosa análise da dupla de professores do Rio de Janeiro. Para tanto, os autores não se restringem ao movimento mais recente. Ao contrário, fazem um histórico do processo e se detêm nos planos surgidos no decênio de 2001-2010.

“Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: subsídios para repensar políticas educacionais” é o título do artigo assinado pelas professoras Patrícia Leme de Oliveira Borba, Roseli Esquerdo Lopes e Ana Paula Serrata Malfitano, todas de São Paulo. Privilegiando os históricos escolares de jovens egressos do sistema sociojurídico entre 2001 e 2009, numa cidade do interior de São Paulo, as autoras demonstram como o nível social destes jovens parece estar intimamente ligado à chegada dos mesmos ao já mencionado sistema.

Representando a produção acadêmica do centro-oeste do país, temos o artigo dos professores Luís Gustavo Alexandre da Silva, da Universidade Federal de Goiás, em parceria com César Luís Sampaio, do Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo. Intitulado “Trabalho e autonomia do coordenador pedagógico no contexto das políticas públicas educacionais implementadas no Estado de Goiás”, o artigo polemiza ao argumentar que as avaliações sistêmicas e os princípios administrativos gerenciais, quando utilizados como parâmetro para a gestão escolar, comprometem a autonomia dos coordenadores pedagógicos.

As políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior são o tema do artigo de Diléia Aparecida Martins, Lúcia Pereira Leite e Cristina Broglia Feitosa de Lacerda. Trabalhando com indicadores educacionais, notadamente dados do Censo da Educação Superior no período de 2005 a 2011, as autoras analisam as políticas que privilegiam o aumento de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior. Mais uma vez, o Plano Nacional de Educação aparece como espécie de pano de fundo, posto que a ampliação de matrículas no ensino superior se apresenta como uma de suas metas. É, portanto, neste cenário de expansão, que as autoras buscam entender como se têm inserido os estudantes com deficiência.

O ensino superior volta a ser abordado no artigo de Alexandre Severino Pereira, Teresa Cristina Janes Carneiro, Gutemberg Hespanha Brasil e Maria Auxiliadora

de Carvalho Corassa, todos da Universidade Federal do Espírito Santo. Nesse caso, os autores investigam os fatores que levam estudantes a permanecerem nas universidades por mais tempo do que o previsto na matriz curricular dos cursos de graduação. Segundo os pesquisadores, mais da metade dos estudantes que deveriam ter se formado na Universidade Federal do Espírito Santo, no período compreendido entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro de 2012, ficaram retidos. Nesse sentido, ao identificarem tais fatores, os autores objetivam fornecer subsídios para que políticas públicas sejam elaboradas no intuito de que o problema diminua.

Tangenciando mais uma vez o Plano Nacional de Educação, a Página Aberta deste número da Ensaio ficou a cargo de Gustavo Joaquim Lisboa, da Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus. Sob o título de “Federalismo Educacional Esfacelado? Um estudo de caso sobre o piso salarial”, Lisboa enfrenta o desafio de analisar a implementação do piso salarial nacional no município de Itabuna. No decorrer de sua análise ficam claras as fragilidades do sistema educacional brasileiro.

Percorridos brevemente os artigos que compõem a última Ensaio de 2015, só nos resta reforçar o convite para que visitem o nosso site e nosso blog, além, é claro, de desejar que desfrutem da leitura!

Fátima Cunha Ferreira Pinto
Editora

Marília Nogueira dos Santos
Editora Executiva